

Agricultura e transformação estrutural - estratégias econômicas de países em desenvolvimento

Bruce F. Johnston da Universidade de Stanford e

Peter Kilby da Universidade de Wesleyan
Biblioteca de Ciências Sociais, Zahar
Editores R.J. 1977, 458 p.

IEDA RIBEIRO LÉO
Geógrafa do IBGE

Propõem os autores focalizar, neste trabalho, a questão da produção e distribuição de alimentos nos países de baixa renda, mostrando que a preocupação dos economistas de hoje é manter um equilíbrio estável entre aumentos na produção de alimentos e crescimento demográfico. No decorrer da obra, entretanto, a análise se prende às “alterações na estrutura econômica que, entre outras conseqüências transformarão a relação produtividade agrícola e aumento populacional de modo a exorcizar para sempre o espectro malthusiano”.

Neste particular enunciam medidas para o desenvolvimento econômico, abordando aspectos de estratégias políticas, exemplificando casos de países que adotaram estratégias unimodais ou bimodais como saídas para o desenvolvimento.

Analisando a agricultura em economias tradicionais os autores identificam características comuns, bem como diferenças marcantes entre essas economias, notadamente nos países de baixa renda da África, Ásia e América Latina. Quanto aos traços comuns assinalam: “a alta percentagem da população empenhada na agricultura e na economia rural; baixa produtividade da numerosa força de trabalho e, finalmente, o predomínio dos alimentos amiláceos nas dietas pobres. Os aspectos contrastantes nessas economias referem-se à dotação de recursos naturais como fonte de riquezas e à dimensão do estabelecimento agrícola. Neste particular o tamanho médio do estabelecimento está vinculado à terra agrícola *per capita*”. Observam os autores que a relação entre o

tamanho médio do estabelecimento agrícola e a terra agrícola *per capita* varia um pouco entre os países devido a diferenças na parcela da força de trabalho rural na força de trabalho total. Quanto mais desenvolvido um país maior a força de trabalho não agrícola em comparação com a força de trabalho total, e daí maior tamanho médio do estabelecimento agrícola relativamente à terra agrícola *per capita*.

A percentagem do estabelecimento de tamanho médio reservado à lavoura constitui um excelente indicador da escassez relativa da terra como fator de produção. Aí observam que os países mais povoados da Ásia reservam 3/4 das terras agrícolas para a produção de gêneros alimentícios, ao passo que na África Oriental e nas Américas somente 1/4 destina-se às lavouras, concluindo-se, pois, que a grande totalidade das terras agrícolas está reservada à criação.

Dados estatísticos relativos ao tamanho do estabelecimento agrícola e à distribuição da área dos estabelecimentos agrícolas por número de unidades operacionais em nove países estudados proporcionam medidas de distribuição da área dos estabelecimentos agrícolas em cada país. A curva de Lorenz constitui um importante indicador quanto à distribuição de propriedades por classes de áreas de estabelecimentos. As curvas relativas ao Brasil e à Colômbia são as que mais se afastam da curva ideal de 45°, o que indica maior assimetria na proporção de terra ocupada pelos estabelecimentos de maiores dimensões.

A diferença na distribuição gera diferenças econômicas, principalmente sobre o padrão de modernização.

No que se relaciona aos métodos agrícolas empregados nas regiões de economia tradicional verificaram que o agricultor consegue extrair bons resultados em suas colheitas, a par da utilização de métodos e utensílios primitivos. Conquanto sejam as práticas agrícolas bem adaptadas ao meio natural, resta constatar que tecnologia modesta gera retornos modestos e, conseqüentemente, baixos níveis de produção *per capita*.

Assinalam os autores que os riscos a que estão expostos os lavradores nas economias tradicionais são maiores face a inexistência de conhecimentos científicos que impeçam tal acontecimento. A estrutura social está organizada de forma a proteger e amparar os grupos ou famílias que estejam sob risco de perda da renda. O sistema de parentesco é, em geral, a forma atuante na prestação de ajuda.

Segundo os autores, para se atingir o pleno desenvolvimento dos setores econômicos torna-se necessário especializar as formas de produção. A especialização traz consigo a adoção de maquinaria que não só amplia os rendimentos do esforço humano como também eleva a produtividade da terra, do capital e do trabalho. Assim sendo, emergem novas atividades manufatureiras e de serviços, dando ensejo à ampliação de setores antes diminutos como educação, medicina, serviços financeiros etc. . . Seguindo essa linha de pensamento, os autores mencionam exemplos de economias altamente desenvolvidas como da Dinamarca, Nova Zelândia e o Estado de Iowa (Estados Unidos) que fazem uso abundante de insumos de alta produtividade obtidos fora do setor agrícola como: máquinas agrícolas, produtos químicos, crédito financeiro, transporte e outros serviços profissionais que lhes permitem abastecer mercados externos satisfatoriamente. Estes exemplos atestam a concepção de que o padrão geral de mudança estrutural é percebida pelo desenvolvimento do setor de transformação que, por seu turno, conduz à elevação da renda. A transformação estrutural é constatada em países cuja renda subiu de 100 a 200 dólares para 1500 a 3000 dólares em apenas 100 anos.

No processo de transformação estrutural vários fatores de ordem econômica e social são considerados como:

a) Mercados de capitais que atuam no sentido de mobilizar a renda, possibilitando a expansão de determinadas áreas estagnadas. Neste sentido os países de baixa renda recebem maciços volumes de capital externo, cabendo aos governos locais efetuar o controle de entrada do capital estrangeiro. Obviamente, empresas maiores, industriais ou agrícolas, recebem volumes maiores que são, via de regra, aplicados em tecnologias mais produtivas. O crescimento da produtividade dos fatores, ou seja, o aumento do produto por unidade de insumos totais oriundo dessa política de ação, constitui, no parecer dos autores, o motor da transformação estrutural.

b) Evolução da estrutura social que implica o processo difícil e desigual, no qual as atividades dos indivíduos são transferidas do grupamento primário para grupos com ação em toda sociedade. O aumento da produção proporciona à família poupança e outros recursos utilizáveis, permitindo, por outro lado, organizar volumes de estoque de alimentos.

Um dos aspectos relevantes e que deve ser considerado na análise da transformação estrutural das regiões de baixa renda é a questão da tecnologia. A constatação fundamental por parte dos países novos é a existência de uma tecnologia avançada nos países evoluídos, facilmente transferível, que lhes permite evitar maciços investimentos em tempo e recursos envolvidos na acumulação desses conhecimentos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Johnston e Kilby analisam inovações tecnológicas que estão sendo transferidas para países de desenvolvimento tardio. Prendem-se, sobretudo, nos exemplos em que a tecnologia é pertinente ao desenvolvimento como saúde pública, variedades de sementes e fertilizantes e inovações mecânicas.

No que se relaciona à saúde pública, os autores enfatizam a tecnologia sanitária que desempenhou papel fundamental no controle das taxas de mortalidade sensivelmente altas, sobretudo antes da revolução industrial. Em período posterior, notadamente após a segunda guerra, os efeitos dessa medida se fizeram sentir através do crescimento populacional que se seguiu, em especial nos países pobres, onde se desencadeou uma verdadeira explosão demográfica. As conseqüências desse crescimento desordenado levaram à mobilização, nas décadas de 60 e 70, de agências americanas como a Fundação Ford, o Conselho Demográfico e a Federação Internacional de Paternidade Planejada, na criação de programas de planejamento familiar.

Frank Notestein, analisando o crescimento demográfico e seu controle, assegura que os fatores demográficos entram em jogo quando "país após país tem visto seus melhores esforços econômicos quase anulados pelas cargas acrescidas pelo rápido crescimento demográfico". Acrescenta ainda, este autor, que nas regiões menos desenvolvidas a terra fértil e o capital são escassos e que índices de crescimento demográfico mais lentos tornariam mais fácil acumular capital em forma de equipamento produtivo, educação e proteção da saúde, ao mesmo tempo que estimularia o crescimento do produto econômico total, aumentando progressivamente a renda *per capita*. Como um corolário das idéias enunciadas, Notestein assegura que atualmente 72% da população dos países de baixa renda vivem sob governos que estimulam a

redução da natalidade, como uma questão de política nacional. É o caso, por exemplo, da China que coloca à disposição do público informações e materiais anticoncepcionais¹.

Porém o declínio das taxas de natalidade, asseguram Johnston e Kilby, está estreitamente vinculado ao desenvolvimento econômico, uma vez que os países retardatários esbarram em dificuldades no esforço de se modernizarem, em função dos altos custos no abastecimento de alimentos, educação, habitação e outros serviços específicos necessários a uma população que se duplica a cada 23 anos. É o caso, por exemplo, da África, Ásia e América Latina cujo percentual de jovens com menos de 15 anos de idade ultrapassa 40%, em comparação com a Europa e Estados Unidos que apresentam 25% e 29%, respectivamente.

Todavia, o exemplo mais espetacular de tecnologia adaptada relaciona-se à criação de novos tipos de plantas que se mostram sensíveis aos fertilizantes e bastante resistentes ao meio tropical e subtropical, o que vem permitindo elevar a produtividade da terra, do trabalho e do capital. Cientistas agrícolas do México, Formosa e Filipinas criaram, a partir da primeira metade do século XX, novos tipos de cereais, marcando uma fase tecnológica conhecida como revolução verde. As novas espécies anãs de arroz e trigo, com rendimentos maiores que as tradicionais, têm proporcionado mais de três colheitas por ano.

Além do aumento produtivo efetuado nos países onde foi incorporada essa nova tecnologia, frisam os autores que a sua adoção requer mudanças nos insumos de trabalho e administração das unidades operacionais, mobilizando, para tanto, numerosa mão-de-obra agrícola, o que a torna apropriada aos países com grandes densidades de população.

Analisando a expansão da produção de alimentos nas nações famintas, Wortman e Harrar exortaram a pesquisa adaptativa contínua como um meio eficaz para a solução de problemas agrícolas urgentes. Abrange esta pesquisa, segundo os mencionados autores, as seguintes etapas:

— o desenvolvimento de variedades de plantas cultivadas para alimento que tenham a maior capacidade produtiva sob as condições locais;

— a identificação por meio de estudos dos solos, do manuseio dos solos e da água, do comportamento das variedades agrícolas e

— práticas que maximizarão a produção em cada estação para cada região.

Afirmam ainda, os dois autores, que a pesquisa adaptativa é essencial, na medida em que possibilita “tirar pleno proveito do material vegetal agora disponível nos bancos de plasma germinativo”. Exemplificam citando variedades de trigo e arroz, de alta produtividade, desenvolvidas para serem usadas em regiões de climas temperados, mas que por meio da pesquisa adaptativa podem ser acrescentadas características que lhes permitam medrar em climas tropicais².

Ainda enfocando o processo de transformação estrutural, chamam a atenção para o tipo de estratégia agrícola que deve ser adotada. Segundo eles, a estratégia agrícola eficiente consiste no sucesso de unidades agrícolas individuais em alocar recursos de modo a diminuir os custos. Argumentam que, “em virtude de suas características

1 NOTESTEIN, Frank W. — Crescimento Demográfico e seu controle — cap. 1 pp. 20-51 Fome — um problema angustiante — Vol. 12 da Série Economia e Desenvolvimento Ed. Renato de Biasi, R.J., 1969.

2 HARRAR, J. George e WORTMAN, Sterling — *Expansão da Produção de Alimentos nas Nações Famintas*. Cap. 3 op. cit. pp. 99-146.

estrutural e demográfica, os países de desenvolvimento tardio enfrentam uma opção fundamental entre uma estratégia que vise à modernização progressiva de todo setor agrícola” denominada “estratégia unimodal”, aquela adotada pelo Japão e Formosa ou “uma estratégia de modernização de emergência que concentre recursos em um subsetor altamente comercializado”, esta classificada de “estratégia bimodal” adotada pelo México e Colômbia.

No momento da opção da estratégia agrícola mais eficiente os governos devem estar atentos para que a política a ser empregada satisfaça os seguintes objetivos:

a) facilitar o processo de transformação estrutural e o crescimento do produto nacional, de maneira a fornecer maior suprimento de alimentos e matérias-primas; gerar divisas através da produção para exportação e finalmente promover um fluxo líquido de capital a ser investido em infra-estrutura e no crescimento industrial;

b) aumentar o bem-estar da população rural, relacionado às transformações estruturais do meio rural e vinculando ao crescimento da demanda comercial de produtos agrícolas. O bem-estar social está implicitamente ligado aos programas de saúde;

c) promover mudanças nas atividades e comportamento nas comunidades rurais de maneira a produzir um impacto favorável sobre o processo de modernização social.

A estratégia unimodal, na opinião dos autores, é a ideal, uma vez que esta medida permite a difusão de inovações divisíveis entre proprietários, desde que os estabelecimentos agrícolas sejam uniformes em áreas pequenas e médias.

Numa agricultura tradicional, salientam Kilby e Johnston, a característica do trabalho agrícola vincula-se à grande variação sazonal na demanda de mão-de-obra. Em certos países semi-industrializados da América Latina a agricultura é o setor de “auto-emprego” e absorve a maioria das adições anuais da força de trabalho. Através da estratégia unimodal, onde a modernização envolve todo o setor agrícola, os investimentos induzirão o aumento da oferta de trabalho pela maior aplicação de insumos internos e externos.

É necessário considerar, na adoção de metas para o desenvolvimento, a questão da estrutura agrária que influenciará, de certo número de maneiras, o padrão de desenvolvimento. Nota-se, em geral, uma acentuada tendência, por parte de certos países, de “considerar a reforma redistributiva como difícil demais devido à força de oposição política e de mudar a ênfase para a reforma das condições de arrendamento”. Este fato diz respeito às questões dos tetos para arrendamento, implicando em medidas legislativas de proteção aos arrendatários, dificultando, assim, um programa de redistribuição de terras.

Dale Adams, por sua vez, considera a perspectiva de reforma agrária redistributiva no nordeste brasileiro muito boa “porque o grupo proprietário de terras é tão pequeno que seu poder político é consideravelmente menor que seu poder econômico”.

Quando o poder econômico do proprietário é o dominante, os efeitos sobre a distribuição da renda serão extremamente severos. Hirschman, estudando projetos em curso na América Latina, África e Ásia, impressionou-se com a importância das mudanças sociais, institucionais e de atitudes, em consequência da execução de projetos. Expressa o referido autor “que a mudança de comportamento pode conduzir mais eficazmente à mudança de atitudes do que vice-versa”.

Um dos objetivos básicos numa estratégia agrícola diz respeito ao impacto das mudanças de atitudes e comportamento que, por sua vez, produzirão efeito sobre a modernização social.

Analisando casos de desenvolvimento moderno e suas implicações econômicas e sociais, os autores citam os exemplos da Inglaterra, Estados Unidos e Japão, países modernos cujo cerne do processo econômico consiste nas inovações e instituições criadas internamente.

A Inglaterra teve o desenvolvimento agrícola acelerado com base em experiências promovidas em fazendas experimentais que resultaram em altos níveis de produtividade. O aumento da produção que se seguiu acompanhou de maneira satisfatória o crescimento demográfico efetuado no século passado e tornou-se, por outro lado, uma condição necessária para o primeiro triunfo da revolução industrial.

No caso americano houve uma diferença marcante no tocante à adoção tecnológica. Enquanto na Inglaterra cientistas agrícolas propunham-se à descoberta e aplicação de insumos que mantivessem os solos férteis e produtivos, nos Estados Unidos a abundância de terras tornava esta medida desnecessária, uma vez que o dualismo terra abundante e barata versus mão-de-obra escassa e cara norteava a política agrícola americana na exploração de grandes extensões do território, notadamente em direção oeste.

A marcha para oeste se intensificou a partir da ampliação do sistema de transportes que permitiu fáceis ligações das zonas agrícolas com os centros urbanos consumidores do leste e, sobretudo, do exterior, tornando esta região uma das maiores áreas supridoras de alimento do mundo. A conquista dos mercados externos foi possível graças aos baixos preços de custo da produção em função da adoção de duas linhas de conduta: a especialização agrícola e a incorporação de implementos mecânicos altamente sofisticados.

Se, por um lado, a mecanização possibilitou aos agricultores a ampliação de suas rendas, por outro, condicionou a liberação da mão-de-obra rural, que se viu forçada a migrar para as cidades, gerando problemas de desemprego e inquietação nas áreas urbanas.

Muito embora constituísse a agricultura a fonte financiadora de capital para o crescimento econômico do Japão, a estratégia adotada foi diferente daquela usada pelos americanos. O desenvolvimento econômico japonês foi orientado por uma estratégia unimodal, envolvendo, portanto, todo o setor agrícola, apoiada na existência da malha fundiária moldada em pequenos estabelecimentos. Aí os aumentos dos rendimentos por acre constituíram o fator dominante.

O que torna a comparação dos aumentos produtivos entre estes dois países mais significativa é o forte contraste entre os índices homem/terra e os preços relativos de terra e trabalho. Em 1960 a área de terra arável por trabalhador masculino nos Estados Unidos era 47 vezes maior que no Japão, enquanto em 1880 era de somente 17 vezes. A força de trabalho na agricultura americana declinou consideravelmente a partir de 1820, tendo atingido o clímax em 1910, apesar de ter-se registrado no período um aumento da força de trabalho total no país. Afirmam os autores que esta fase marcou o "ponto crítico da transformação estrutural americana, quando se efetuou o aumento da demanda da mão-de-obra industrial".

Dando continuidade ao estudo de casos os autores partem para uma análise comparativa entre os países por eles considerados de desenvolvimento retardado, como Formosa, México e União Soviética.

Formosa adotou uma linha de desenvolvimento bastante semelhante ao padrão japonês, sendo que as taxas de aumento do produto e da produtividade dos fatores foram mais elevadas em decorrência da ajuda maciça prestada pelos Estados Unidos. O capital americano aplicado no campo foi dirigido para a aquisição de sementes melhoradas, aumento no uso de fertilizantes e em melhoramento da infra-estrutura agrária.

Os programas de pesquisa e experimentação agrícolas tiveram forte apoio e aceitação por parte dos agricultores que passaram a adquirir maiores conhecimentos técnicos, qualificações e capacidade administrativa. Estes fatores, afirmam os autores, foram os que mais contribuíram para a mudança estrutural que se seguiu com a formação de capitais oriundos do crescimento do produto e aplicados em setores não agrícolas.

O desenvolvimento mexicano teve como base a ampliação e o dinamismo de um subsetor da agricultura, característica esta de uma estratégia bimodal. Nesta medida evidenciaram-se os grandes estabelecimentos empresariais, responsáveis pelos maiores percentuais de venda. Menos de 15% das propriedades detinham mais de 75% das vendas e 20% das famílias rurais constituíram o setor moderno.

Características do ambiente físico explicam as razões pelas quais o México adotou uma estratégia essencialmente bimodal. A existência de vastas extensões do seu território ao norte e nordeste, próximas à grande potência americana e com terras devolutas e escassamente povoadas, estimulou a adoção de medidas que as tornassem altamente produtivas. Assim, graças aos investimentos de capital a taxas de juros relativamente baixas procedentes dos Estados Unidos e do Banco Mundial, mais a existência de tecnologias agrícolas próximas facilmente transferíveis, foi possível ampliar a produção, principalmente a do algodão para exportação e de trigo para suprir o mercado interno.

O crescimento do produto agrícola no desenvolvimento mexicano, asseguram os autores, desempenhou papel fundamental na crescente demanda de alimentos, eliminando a dependência de grandes volumes de importações, principalmente de trigo, como também possibilitou a formação de divisas pelos grandes volumes de exportação. Entre 1940 e 1963 ocorreu uma elevação da taxa de exportação da ordem de 8,5%.

Como resultado da aplicação da estratégia bimodal, onde somente um subsetor da economia é dinamizado, ocorreu no setor agrícola mexicano uma desigualdade na distribuição da renda, o que levou as autoridades a criar programas destinados a acelerar aumentos do produto e da produtividade entre pequenos agricultores. Entre os projetos criados, o Projeto Puebla destinou-se a “descobrir novas maneiras de canalizar eficientemente conhecimentos, créditos e insumos de produção modernos para um vasto número de agricultores”.

No caso soviético o desenvolvimento agrícola assumiu características essencialmente particulares, quando o governo, adotando também uma estratégia bimodal, tomou a decisão de coletivizar o setor agrícola numa forma dualística de duplo tamanho de estabelecimento. Há controvérsias a respeito das causas da coletivização, concordando certos estudiosos que a decisão maior foi a necessidade de prover o abastecimento alimentar da população urbana mediante controle do escoamento da produção agrícola. No parecer dos autores o objetivo máximo desta estratégia prendeu-se à “extração de um excedente de bens e matérias-primas a fim de satisfazer as necessidades da indústrias e de uma população urbana em expansão e acumular divisas para financiar importações essenciais”.

Refutam, entretanto, Kilby e Johnston a concepção defendida por certos economistas de que antes da Revolução de 1917 a Rússia era um país em estágio primitivo de crescimento econômico. Alegam que antes mesmo da primeira guerra ocorrera um considerável desenvolvimento industrial, contando já o país, naquela ocasião, com quadros qualificados de pessoal técnico, científico e estatístico.

De uma maneira geral, a agricultura soviética sob comando não contribuiu satisfatoriamente para o aumento da produtividade dos fatores, tendo contado para isso com vários tipos de problemas como: a estrutura dos incentivos impedindo a adoção de uma seqüência de inovações adaptadas, como o uso de tratores e grande número de implementos e também a forte ênfase dada à pesquisa e ao treinamento de cientistas, principalmente na esfera de projetos espaciais.

Numa análise final das interações entre o desenvolvimento agrícola e o crescimento econômico chamam a atenção os autores para o fato da importância das relações intersetoriais, isto é, o paralelismo existente entre a expansão da agricultura e a industrialização.

Estas interações são, obviamente, caracterizadas pela disponibilidade e consistência do fluxo de capitais proveniente do setor agrícola na expansão do produto industrial. Assim, nas economias agrícolas de baixa renda a expansão industrial restringe-se à escolha de técnicas de produção que utilizem mais trabalho que capital.

Segundo Mathew Mac Queen, deve haver, no processo de desenvolvimento econômico, um equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e o industrial do seguinte modo: "o setor agrícola proverá à indústria sua oferta de mão-de-obra. Um nível de rendas reais por demais elevado no setor industrial, com relação à agricultura, causará uma oferta excessiva de mão-de-obra industrial, resultando em desemprego urbano e estagnação agrícola. Por sua vez provocará considerável inflação e um conseqüente retardamento do crescimento da economia".

Salienta este autor que 80% da população das regiões de baixa renda ocupam-se na agricultura e são os níveis de renda neste setor que determinarão basicamente o mercado dos bens industriais. Prossegue ainda, o citado autor, enfatizando que a abertura da economia acentua, ao invés de reduzir, a importância do desenvolvimento agrícola, principalmente quando este setor presta uma contribuição significativa para as receitas de exportação. O desenvolvimento, por sua vez, criará elos de ligação entre os dois setores, na medida em que técnicas agrícolas mais avançadas imporão cada vez mais demanda ao setor industrial e em menor grau parte dos insumos das indústrias originar-se-á da agricultura³.

Nas interações entre os setores industrial e agrícola deve ser enfatizado o papel dos insumos agrícolas fornecidos pela indústria. Dentre eles os fertilizantes químicos e os equipamentos agrícolas constituem os mais significativos, no que tange às despesas de produção no quadro econômico de um país. Salientam os autores que a demanda do equipamento está vinculada à transformação estrutural que exige o seu uso e, fundamentalmente, ao poder aquisitivo da classe rural. Outro aspecto salientado diz respeito à modernização do implemento, pois para cada função a desempenhar existe um modelo específico. Obviamente, asseguram, os aumentos nos rendimentos agrícolas compensam esta sofisticação.

3 MAC QUEEN, Mathew — A Agricultura no Processo de Desenvolvimento — cap. 3 — *Teoria Econômica do Desenvolvimento* — Zahar Editores, R. de Janeiro, 1975, pp. 51-84.

Nas últimas décadas foram introduzidas várias inovações na produção de implementos, como o cultivador mecânico que obteve grande sucesso em Formosa, suprimindo a falta de mão-de-obra e tratores de quatro rodas introduzidos, com grande efeito, em áreas produtoras de cereais caros como o trigo cultivado em grandes estabelecimentos.

Finalmente, demonstram Kilby e Johnston, suas concepções citando o exemplo de Formosa como o país que conseguiu habilmente transferir recursos da agricultura para os demais setores da economia, numa escolha acertada de estratégia para o desenvolvimento. Assinalam, ainda, que a forma de desenvolvimento de uma agricultura tradicional para uma modernizada que tenha aumentado a produtividade da terra e do produto dependerá das inovações colocadas à disposição dos agricultores, bem como a maneira como são colocadas. Ilustram com os exemplos da Índia e Paquistão que sofreram, no período compreendido entre 1966 e 1970, uma mudança abrupta no ritmo do progresso agrícola, resultante da revolução semente-fertilizante.

Aliás, as tensões políticas e sociais geradas com a adoção da nova estratégia, nestes dois países, foram extremamente graves. Argumentaram questões relativas à "equidade" e "eficiência" da medida quando constataram desequilíbrios na distribuição da renda. Em consequência, objetivou-se, ainda no programa de desenvolvimento, equilibrar a distribuição da renda, de modo a permitir aos pequenos agricultores partilhar dos benefícios dos projetos. Para isto foi criada a agência de desenvolvimento de pequenos agricultores.

Concluem, finalmente, os autores, que o aumento do produto e da produtividade agrícola nos países dependerá dos seguintes fatores: sua dotação de recursos e índice terra/homem; tecnologias disponíveis em perspectiva; infra-estrutura; fatores que influenciam a disposição e capacidade dos agricultores de adotar inovações e das instituições e capacidade administrativa existentes.

Com base nesses pressupostos teóricos argumentam que a estratégia agrícola pode e deve ser traçada para promover, ao mesmo tempo, rápidos aumentos da produção agrícola a baixo custo e equidade na distribuição da renda para que o desenvolvimento econômico seja harmônico.